

# **Estatísticas Monetárias e de Crédito**

**Nota para a Imprensa**

28.6.2023



**BANCO CENTRAL  
DO BRASIL**

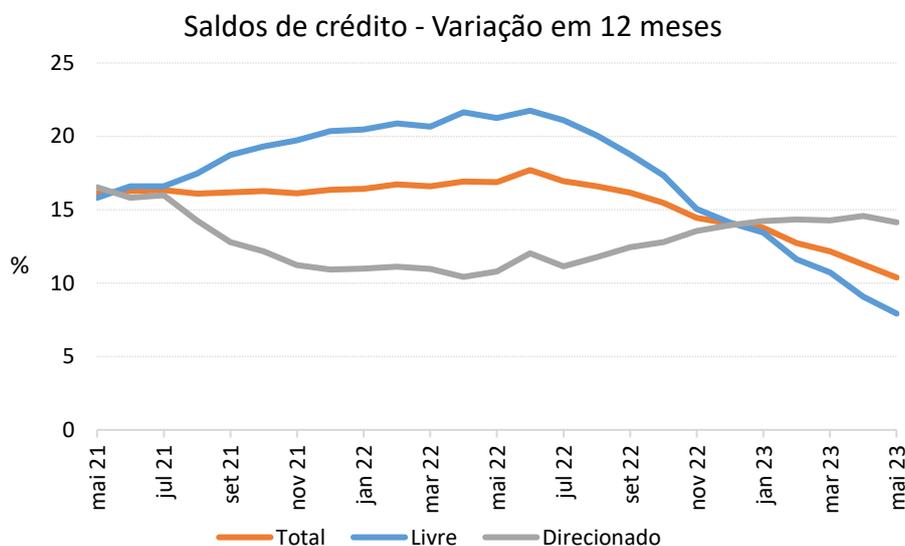
## 1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em maio, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro situou-se em R\$15,1 trilhões (146,9% do PIB), crescendo 0,2% no mês, devido principalmente à alta de 1,5% dos empréstimos da dívida externa. Na comparação interanual, o crédito ampliado aumentou 9,9%, sobressaindo as elevações na carteira de empréstimos, 10,3%, e nos títulos de dívida, 9,3%.

O crédito ampliado a empresas totalizou R\$5,2 trilhões (51,1% do PIB), aumento de 0,4% no mês, influenciado principalmente pela elevação de 1,6% nos empréstimos da dívida externa, decorrente da depreciação cambial de 1,9%. Na comparação com maio de 2022, a expansão de 13,0% do crédito ampliado a empresas refletiu principalmente os aumentos de 29,7% em títulos de dívida e de 11,1% no total da dívida externa.

O crédito ampliado às famílias situou-se em R\$3,5 trilhões (34,4% do PIB) em maio, com expansão de 0,5% no mês e de 14,0% em doze meses, refletindo, principalmente, o incremento nos empréstimos do SFN.

## 2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



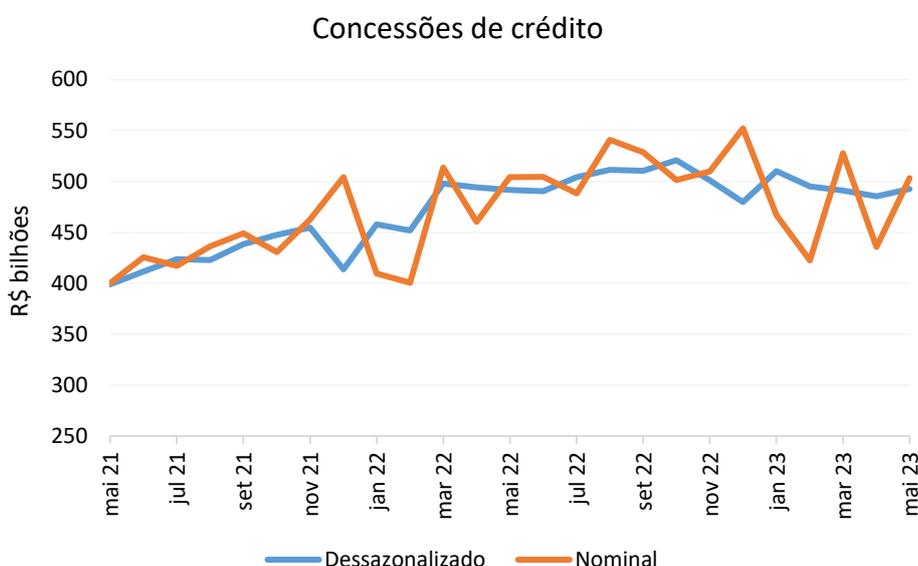
O estoque das operações de crédito do SFN somou R\$5,4 trilhões em maio, crescimento mensal de 0,3%. Esse resultado decorreu, basicamente, do incremento de 0,5% no estoque de crédito das operações com pessoas físicas, R\$3,3 trilhões, enquanto o estoque de crédito às pessoas jurídicas permaneceu estável no período, em R\$2,1 trilhões. Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, o crédito total cresceu 10,4%,

desacelerando em relação ao crescimento em doze meses observado em abril, 11,3%. Por segmento, na mesma base de comparação, o saldo de crédito com as pessoas jurídicas e com as pessoas físicas também desaceleraram, com aumentos de 4,4%, ante 4,8%, e de 14,6%, ante 15,8%, na ordem.

O estoque de crédito com recursos livres para as empresas atingiu R\$1,3 trilhão em maio, com recuo de 0,4% no mês e expansão de 1,8% em doze meses. Esse desempenho decorreu, basicamente, da redução do estoque das operações de desconto de duplicatas e outros recebíveis, -8,2%, e de capital de giro com prazo superior a 365 dias, -1,3%.

O estoque de crédito com recursos livres às pessoas físicas atingiu R\$1,8 trilhão em maio, incremento de 0,8% no mês e de 12,9% em doze meses. Para esse resultado contribuíram as carteiras de cartão de crédito à vista, 2,4%, os financiamentos para aquisição de veículos, 0,9%, e o crédito consignado para trabalhadores do setor público, 0,6%.

O crédito direcionado cresceu 0,4% no mês e 14,1% em doze meses ao atingir R\$2,2 trilhões em maio. Por segmento, o crédito para as empresas cresceu 0,8% no mês e 9,4% em doze meses. O crédito às famílias aumentou 0,1% no mês e 16,8% em doze meses.



As concessões nominais de crédito somaram R\$503,3 bilhões em maio. Nas séries sazonalmente ajustadas, o total de novas contratações aumentou 1,5% no mês, com incremento de 4,2% nas operações pactuadas com empresas e diminuição de 0,5% nas operações com as famílias. Nos doze meses até maio, as concessões nominais aumentaram 10,5%, com elevações de 6,3% nas contratações com pessoas jurídicas e de 14,0%

com pessoas físicas. A média diária de novas contratações diminuiu 5,5% em maio, ressaltando-se a ocorrência de quatro dias úteis a mais que no mês anterior.

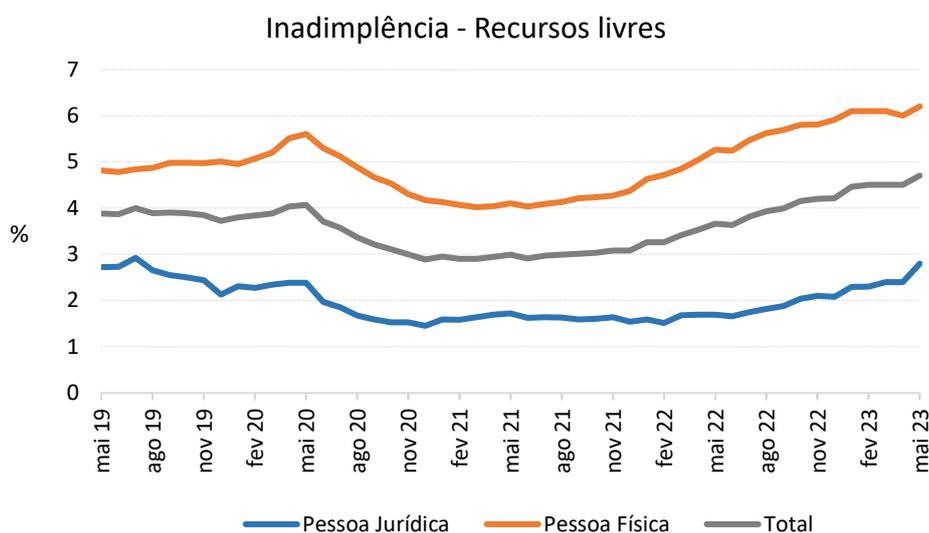
A taxa de juros das novas contratações alcançou 32,5% a.a. em maio, com incrementos de 0,4 p.p. no mês e de 4,7 p.p. em doze meses. O *spread* bancário das novas contratações atingiu 22,3 p.p., com alta de 0,5 p.p. no mês e de 4,8 p.p. comparativamente a maio de 2022.

Nas operações de crédito com recursos livres, a taxa de juros alcançou 45,4% a.a. em maio, com incrementos de 0,3 p.p. no mês e de 7,4 p.p. em doze meses. Nas contratações com o segmento empresarial, a taxa de juros atingiu 23,8% a.a., assinalando estabilidade no mês e incremento de 1,9 p.p. em doze meses. No crédito às famílias, a taxa de juros atingiu 59,9%, com elevações de 0,3 p.p. no mês e de 9,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, caiu para 22,4% a.a., diminuindo 0,1 p.p. no mês e elevando-se 2,3 p.p. em 12 meses.

A inadimplência das operações de crédito do SFN aumentou 0,1 p.p. em maio, alcançando 3,6%. A inadimplência da carteira de pessoas jurídicas aumentou 0,1 p.p. no mês e 1,0 p.p. em relação a maio do

ano anterior, atingindo 2,5%. Na carteira de pessoas físicas, a inadimplência manteve-se estável no mês, com alta de 0,6 p.p. em doze meses, situando-se em 4,2%.



No crédito livre, a inadimplência alcançou 4,9%, com elevações de 0,1 p.p. no mês e de 1,2 p.p. na comparação interanual. Nas operações com pessoas jurídicas, o indicador alcançou 3,0%, altas de 0,2 p.p. no mês e de 1,3 p.p. em doze meses. Na carteira de pessoas físicas, a inadimplência atingiu 6,3%, com elevação de 0,1 p.p. e de 1,0 p.p. nas mesmas bases de comparação.

O endividamento das famílias permaneceu em 48,5% em abril, estável no mês e com recuo de 1,4 p.p. em doze meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda aumentou 0,3 p.p. no mês e 1,7 p.p. em doze meses, situando-se em 27,9%.

### 3. Agregados monetários

A base monetária somou R\$396,3 bilhões em maio, diminuição de 3,4% no mês e de 0,5% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação retraiu 0,4% e as reservas bancárias 15,2%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram impactos contracionistas: as operações com títulos públicos federais, R\$31,9 bilhões (resgates líquidos de R\$78,2 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$110,1 bilhões no mercado secundário); as de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$43 milhões; e os depósitos de instituições financeiras, R\$10,8 bilhões (recebimentos de depósitos voluntários a prazo, -R\$14,4 bilhões, recolhimentos de recursos não aplicados em operações de microfinanças, -R\$135 milhões, liberação de recursos de depósitos a prazo, R\$1,1 bilhão, de recursos de caderneta de poupança, R\$371 milhões, depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, R\$830 milhões, de depósitos para compensação de cheques e outros papéis, R\$145 milhões e de recursos do Proagro, R\$1,5 bilhão). No sentido expansionista, contribuíram as operações do Tesouro Nacional, R\$15,8 bilhões; do setor externo, R\$6,4 bilhões; e com derivativos, R\$3 bilhões.

Os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$578,1 bilhões, decréscimo de 2,1% no mês, resultado da diminuição do papel-moeda em poder do público de 0,2% e dos depósitos à vista em 3,8%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 1,4% no mês.

O M2 cresceu 1,2% no mês, com saldo total de R\$5,3 trilhões, refletindo o aumento de 2,1% no saldo de títulos emitidos por instituições financeiras, que alcançou R\$3,8 trilhões, resultado da expansão de 2,8% no saldo das letras de crédito (LCA e LCI). O saldo dos depósitos a prazo aumentou 2,3% no período, após captações líquidas de R\$30,8 bilhões no período, enquanto o saldo dos depósitos de poupança recuou 0,6%, totalizando R\$960 bilhões, após resgates líquidos de R\$11,7 bilhões. O M3 aumentou 0,9% no período, totalizando R\$10,0 trilhões, reflexo da elevação do M2 e do aumento do saldo das operações compromissadas com títulos públicos (14,4%) e com títulos privados (12,5%). O saldo das quotas de fundos do mercado monetário manteve-se praticamente estável (R\$4,5 trilhões), com variação positiva de 0,1%. O M4 avançou 0,8% no mês, totalizando R\$11,1 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 10,3%.

#### 4. Alteração na política de revisão das estatísticas monetárias e de crédito

Em função da recente atualização da [Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas \(DSTAT\) do Banco Central do Brasil](#), comunicamos que, a partir de 2024, a revisão ordinária anual das seguintes estatísticas ocorrerá nos seguintes meses:

- a) estatísticas de crédito: em junho;
- b) estatísticas de agregados monetários: em março;
- c) estatísticas de títulos: em março;
- d) estatísticas bancárias internacionais: em setembro;
- e) endividamento e comprometimento de renda: em junho.